

APONTAMENTOS SOBRE O REINADO DE ALFONSO VIII: UMA ANÁLISE DO PODER RÉGIO E DO PODER ARISTOCRÁTICO

NOTES ON THE REIGN OF ALFONSO VIII: AN ANALYSIS OF ROYAL POWER AND ARISTOCRATIC POWER

Lívia Maria Albuquerque Couto¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo elencar estratégias empreendidas por Alfonso VIII, de Castela, numa tentativa de promover mudanças político-sociais ao seu favor, isto é, inserido em um conturbado contexto o monarca necessitava de apoio para cessar os conflitos internos e fortalecer seu reinado. Nesse sentido, defendemos que uma estratégia deste monarca castelhano para fortalecer seu poder real foi investir em obras de cunho didático com finalidades políticas. Logo, entendemos que foi atribuído discursos de negociação influenciados por Alfonso VIII, para fortalecer o poder real, nessas obras. Assim, essas teriam a função de distribuir características direcionadas à aristocracia, como por exemplo: Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa e Força Guerreira, além de difundir mecanismos de negociação baseados em conquistas territoriais, que auxiliariam no reinado de Alfonso VIII.

Palavras-chave: Alfonso VIII; Teoria Política; Discurso Político.

Abstract: This article aims to list the strategies undertaken by Alfonso VIII, of Castile, in an attempt to promote political and social changes in his favor, that is, inserted in a troubled context the monarch needed support to cease internal conflicts and strengthen his reign. In this sense, we argue that a strategy of this Castilian monarch to strengthen his royal power was to invest in didactic works with political purposes. Therefore, we understand that negotiation speeches influenced by Alfonso VIII were assigned to strengthen royal power in these works. Thus, these would have the function of distributing characteristics aimed at the aristocracy, such as: Balance, Loyalty, Courtesy, Religious Generosity and Warrior Strength, in addition to spreading negotiation mechanisms based on territorial conquests, which would help in the reign of Alfonso VIII.

Keywords: Alfonso VIII; Political Theory; Political Discourse.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Integrante do Grupo de Pesquisa *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq/UFS). E-mail: couto.livia@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O reinado de Alfonso VIII, o Nobre, de Castela, (1158-1214) foi lembrado pela documentação e pela historiografia, principalmente, pelo seu papel na Reconquista², porque ao final de seu reinado o caráter de cruzada foi definitivamente associado a este movimento³. Isso aconteceu, devido, principalmente, ao segundo avanço islâmico dos Almôadas, em 1179. Esta dinastia norte-africana (1130-1269), que se auto intitulava “crentes na unidade de Deus” (CAHEN, 1992, p. 295), era ainda mais intolerante que a anterior, dos almorávidas (1056-1147), pois pregava uma rigorosa moralidade baseada no Alcorão.

Desse modo, como corte cronológico para este artigo, optamos por meados dos séculos XII e princípio do XIII, pois é neste período que podemos observar o gradual enfraquecimento e dissolução do poderio muçulmano frente aos Reinos Cristãos. Com o intuito de contribuir para o que é pesquisado sobre o reinado de Alfonso VIII, e após observar as táticas empreendidas por este monarca castelhano em sua ideologia política, pretendemos analisar o uso dos seus discursos de poder, através de produtos intelectuais financiados por este rei.

Nesse sentido, defendemos que uma estratégia deste monarca castelhano para fortalecer seu poder real foi investir em obras de cunho didático com finalidades políticas: podemos citar como exemplo: *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tuy; *Historia de Rebus Hispanial sive Historia Gothica*, de Rodrigo Jiménez de Rada; e *Chronica Latina Regum Castellae*, de Juan de Osma; e o *Poema de Mio Cid*, de Per Abbat. Dessa maneira, a hipótese a ser defendida neste artigo, foi que Alfonso VIII patrocinou a criação dessas obras na tentativa de utilizá-lo como um instrumento de características propagandísticas para as relações sociais e de negociação, entre a aristocracia e a monarquia. Logo, entendemos que foi atribuído discursos de negociação influenciados por Alfonso VIII, para fortalecer o poder real, nessas obras, com o apoio da Igreja Medieval, visto que eram de autoria de clérigos.

Argumentamos que o monarca castelhano se utilizou das canções de gestas que eram “consumidas” para atingir um público alvo, isto é, a aristocracia, que escutava os jograis e os trovadores. Segundo Menéndez Pidal (1947, p. 32), os principais leitores desta obra eram cavaleiros e homens da cidade. Assim, as obras teriam a função de distribuir características direcionadas à aristocracia, como por exemplo: Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa e Força Guerreira. Além de difundir mecanismos de negociação baseados em conquistas territoriais, que auxiliariam no reinado de Alfonso VIII.

² A Idade Média Central Ibérica (séculos XI-XIII) foi um período intensamente marcado por uma série de conflitos políticos e militares alternados, envolvendo os chamados Reinos Cristãos Peninsulares e os Reinos Taifas da Andaluzia, em um processo de lutas territoriais denominado Reconquista.

³ Para melhor entendimento do assunto recomenda-se a leitura: GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, n. 6, 2009.

Conforme Fátima Regina Fernandes (2009, p. 47), é necessário entender a construção das representações ideológicas régias, visto que, a compreensão das ideologias passa pela História do Poder, mas ao estudarmos a base de construção dos modelos de poder régio, devemos ter consciência de que o papel do patrocínio é decisivo a esta compreensão. Ainda segundo esta autora, o esforço dos pensadores medievais em resgatar o elemento público na tradição clássica diretamente associado à figura e a função do rei legitimava o conceito de poder régio no âmbito social. Afinal, o rei medieval era um “monarca contratual com uma dimensão feudal ou ascendente de poder”, como nos diz Ullman (1999, p. 15).

Ao reproduzir em seus espaços de atuação, adequando as especificidades de suas realidades, os letrados acabavam tornando natural o discurso ao conectá-lo com elementos predominantes na tradição e cultura dos povos que a elas deveriam reconhecer e submeter-se. Sendo importante ressaltar, que muitos reis do medievo se valeram de diversos tipos de estratégias e veículos de difusão de supremacia monárquica e as mais recorrentes foram as crônicas régias (FERNANDES, 2009, p. 51-52).

Assim como Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (2002), compreendemos o discurso como uma construção humana coerente, coletiva, dinâmica, e organizada sobre uma determinada temática. Assim como Michel Foucault (1979), acreditamos que os discursos seriam saberes, ou seja, compreensões produzidas pelas sociedades sobre as relações humanas.

Dessa forma, o relato de um passado comum atrelado às figuras idealizadas dos monarcas permitiria aos mais simples vassalos a inclusão numa dimensão histórica do reino. Logo, a identidade do reino se construiria a partir da elaboração de um passado comum, bem como da fixação de signos e símbolos, como os estandartes e flâmulas e as armas do reino, o grito de guerra, elementos criados por e para o reino e que gerariam a identidade de uma corte a partir da figura do rei.

Como Gabriel Almond e Sidney Verba destacaram (1989, p. 12-13), as análises de cultura política são campos privilegiados para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional. Desse modo, entendemos que os representantes do monarca atuavam na criação de uma cultura política com o objetivo de influenciar a criação de uma identidade local,⁴ assim, moldar a sociedade, segundo suas concepções político-sociais para auxiliar seu “programa de governo” (ALVARO, 2008, p. 46).

⁴ O papel que a Igreja desempenhava na sociedade medieval, como um todo, é indiscutível, desde o âmbito político até o cultural e isso não foi diferente no território castelhano do século XIII.

Na tentativa de redefinição das especificidades do poder político faz-se necessário entender a noção do social e o conceito de analogia. Pois, os acontecimentos políticos não se auto explicam, e dependem da análise de outras dimensões da realidade histórica, isto é, o social, a economia e a cultura. Logo, fatores não-políticos são importantes para a compreensão dos processos políticos. Segundo Francisco Falcon (1997, p. 120), o estudo do político compreende não apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Com base no que foi dito justificamos que as obras (*Crônicas e Poema*) já citadas podem ser utilizadas como testemunho histórico, porque nos possibilita uma ideia, não do período em que viveram os personagens, mas a representação dada pelo autor a eles. Nesse sentido, argumentamos que esta visão utilizada pelo autor dos documentos, na verdade, pode ser considerada uma estratégia para falar de personagens contemporâneos a ele, uma espécie de alegoria, em que algo representa ou significa uma coisa diferente. Por isso, é necessário pensa-los dentro de um contexto, relacionando o seu discurso ao social.

Ao analisar o contexto de Alfonso VIII frente a sociedade castelhana do século XIII percebemos que ele possuía autoridade legítima, já que a monarquia hispânica, segundo Adeline Rucquoi (1995, p. 32), outorgava o direito de comando ancorada na tradição, em que a noção de linhagem e mérito eram atributos da herança. Logo, se o monarca era reconhecido e aceito por seus súditos, a questão era: como o monarca, o corpo vivo da monarquia, realizava os esforços de conjugar as alianças necessárias para garantir a sua atuação?

Segundo Ignacio Álvarez, (2008, p. 20) a atuação do monarca se caracterizava por uma política de alianças com a aristocracia e os eclesiásticos, baseada em uma série de acordos e concessões. Nesse contexto, a partir do momento em que existem indivíduos/grupos que são induzidos a comportarem-se tal como um indivíduo deseja, entendemos que o monarca exerce seu poder por meio de instrumentos ou de coisas. No caso específico da aristocracia, o interesse por senhorios.

Deste modo, é preciso destacar que não existia centralização do poder no reinado de Alfonso VIII, mas sim “micropoderes”. Conforme Foucault (1979, p. 50), este não eram ligados necessariamente ao poder monárquico, isto é, se trata dos demais poderes que exerciam influência na sociedade, tais como: os eclesiásticos, o clero, a aristocracia guerreira etc. Percebemos isso, por exemplo, na sociedade castelhana ao analisar o funcionamento dos senhorios, pois nessas relações baseadas na feudalidade, um vassalo poderia servir a mais de um senhor (BASCHET, 2006, p. 115). O que nos leva ao questionamento de António Manuel Hespanha (1994, p. 15): se a Monarquia

enquanto instituição não é ignorada, como os poderes locais se relacionavam com este poder monárquico? Isto é, até que ponto a legitimidade desta monarquia conseguia ser reconhecida? Por isso, afirmamos que a aristocracia estaria inserida numa “horizontalidade” de poder, visto que, apesar de estar calcada numa “verticalidade” e se encontrar abaixo do monarca, ela era detentora do poder em seus senhorios (ALVARO, 2013, p. 35).

Diferentemente de Kantorowitz (1998), que afirmava que no pensamento político medieval, rei e súditos eram como um só corpo, argumentamos, baseados em Hespanha (1994), que o rei era a cabeça do corpo, e precisaria desenvolver mecanismos para lidar com os demais membros do corpo político, estes que representariam as diversas parcelas da sociedade.

Segundo Julio Valdeón Baruque (2005, p. 27-28), durante o cenário de *Reconquista* foi possível perceber um gradual processo de crescimento e de fortalecimento, se não de toda, pelo menos da alta aristocracia. Parte deste acréscimo de poder foi consequência direta do processo expansionista pelo qual o reino passou, o que ocasionou não somente uma aristocracia rica, mas também agraciada com extensos poderes e influência em diversas esferas da política do reino.

Ao buscar responder às questões acerca da análise da narrativa e do simbólico, nos valeremos dos estudos de Tzvetan Todorov (2003, p. 22-23) que concerne ao estudo da estrutura da narrativa, sua natureza e seus princípios. E quanto à metodologia de análise do discurso, utilizaremos a proposta de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (2002, p. 194-223), isto é, método aplicável, sobretudo, a textos que seguem formas fixas de organização, como documentos notariais, crônicas e poemas, ou que apresentam o mesmo conteúdo narrativo, já que permite apontar as continuidades e as rupturas. O uso desta técnica demanda que um dado documento seja confrontado a outros que lhe são anteriores ou contemporâneos. Assim, com esta técnica, os documentos são analisados à luz de seu contexto literário em perspectiva sincrônica, ou seja, dos textos que lhe são contemporâneos, no nosso caso: o reinado de Alfonso VIII.

Tratando-se das relações de poder e interdependência, devemos citar os prismas expostos por Maria Filomena Pinto da Costa Coelho (2014) e Bruno Gonçalves Alvaro (2013), respectivamente. O primeiro seria a definição de poder corporativista, ou seja, contribuiriam para uma visão de poder para além da noção idealizada de centralização, tão imposta aos reinados medievais. Eles quebrariam com este paradigma, pois argumentam que não se quer negar a importância do poder régio, nem se quer equipará-lo aos demais poderes. Pretende-se propor uma visão mais complexa e histórica do poder, que permita contemplar, por um lado, a existência de um princípio de unidade política (a monarquia, o reino) e, por outro lado, como esse princípio governava em um universo de poderes políticos que gozavam de autonomia relativa. Logo, a monarquia estava inserida em um sistema pluralista de poder.

E o segundo conceito, nos remete a ideia de que existia uma dependência mútua entre as duas instâncias⁵ de poder por nós analisadas nesta Dissertação, isto é, monarquia e aristocracia. Logo, “a busca pela percepção de uma interdependência mútua que visa a negociação para a obtenção dos interesses de seus participantes... A isso, podemos chamar, também, de horizontalidade” (ALVARO, 2013, p. 35-36). No entanto, esta não anularia a verticalidade nas relações presentes na aristocracia medieval. Logo, através da interdependência entre duas esferas primordiais há troca, que seria entendida como um mecanismo básico da ação social, por meio do qual se constituem vínculos e hierarquias sociais.

ELEMENTOS GERAIS DA “TEORIA POLÍTICA” DE ALFONSO VIII

Logo após os primeiros anos do reinado de Afonso VIII, poucos apostariam que esse rei seria aquele que por mais tempo (cinquenta e seis anos) governaria o reino de Castela. De fato, em meados do século XII, Castela tinha acabado de se separar de Leão, porque com a morte de Afonso VII, o imperador,⁶ em 1157, os reinos peninsulares foram divididos entre seus filhos. Castela e Toledo, os mais ricos e mais importantes, ficaram com seu primogênito, Sancho III, pai de Afonso VIII (GONZÁLEZ, 1960, p. 106).

Após a morte de Sancho III, o jovem rei Afonso VIII serviu de joguete nas mãos das duas grandes famílias aristocráticas que disputavam o poder em Castela, essencialmente, os Lara e os Castro (MARTÍNEZ- DÍEZ, 1995, p. 26-27). Além disso, o seu tio Fernando II reclamava igualmente a regência do reino, situação que quase conduziu a uma guerra civil. Logo, o monarca estava inserido num conturbado contexto social e político. Por isso, o prestígio e poder de Afonso VIII estavam bastante condicionados a assumir seu reinado. Nesse sentido, é interessante destacar como o processo de senhorização teve por consequência uma aristocracia laica e eclesiástica detentora de imensos latifúndios que lhes conferia poder e riqueza (BASCHET, 2006). Sendo que, a fidelidade à monarquia por parte destes era sempre duvidosa.

Por isso, após alcançar a maioridade, Afonso VIII teve que se dedicar a recuperar os territórios tomados de Castela por seus vizinhos nos anos anteriores. Assim, pela primeira vez, ele

⁵ Temos ciência das demais instâncias de poderes existentes no medievo, como, por exemplo: as eclesiásticas, mas em nossa análise nos limitamos apenas as relações do poder monárquico com a aristocracia. Interpretando-a sem a presença dos eclesiásticos.

⁶ Segundo Rucquoi, a adoção do título de “imperador” por Afonso VI (1072-1109), e por seu neto Afonso VII (1126-1157), indicavam o programa político dos monarcas castelhanos. Sendo que este título não era só simbólico, pois os reis que o reivindicavam pretendiam exercer efetivamente esse *imperium* sobre todo o território ibérico (RUCQUOI, 1995, p. 110).

enfrentou a “ameaça” muçulmana. Para isso, renovou a aliança com o rei lobo⁷ da Múrcia, rei muçulmano da Taifa, mas um inimigo ferrenho dos Almôadas. Contudo, estes aliados aos leoneses reagem rapidamente ante à ameaça representada pela Entente de Castela com o rei da Múrcia. Deste modo, os Almôadas, sob o comando de seu califa Abu Yaqub, atacam as terras de Toledo e da Múrcia e vencem o rei Lobo (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 112-113).

Além disso, os Almôadas sitiaram Huete, no reino de Castela, em 1172. Felizmente para os castelhanos, Alfonso VIII veio em socorro e juntos conseguiram retomar a região. No ano seguinte, as hostilidades continuaram entre Castela e os Almôadas, com um “tremendo revés” para os cristãos (GONZÁLEZ, 1960, p. 75).

Durante uma expedição do “concejo de Ávila” pelo Al-Andaluz, os Almôadas conseguiram matar o líder de Ávila, Sancho Jiménez, que havia se rebelado contra os muçulmanos. Como o conflito estava sendo muito mais complicado do que os cristãos castelhanos haviam imaginado, e estes ainda tinham outros inimigos para lidar, Alfonso VIII solicitou um “cessar-fogo”. Os Almôadas concederam, em 1173, por um período de sete anos (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 120).

Após a assinatura dessa trégua, o monarca castelhano e seu aliado Alfonso II de Aragão, voltaram a se concentrar na região de Navarra. É fato que o rei de Navarra, Sancho VI, avançou sua fronteira invadindo Castela, aproveitando-se da minoridade de Alfonso VIII. Portanto, era previsível que este tentasse se vingar e recuperar os territórios perdidos.

O ataque planejado em conjunto entre castelhanos e aragoneses foi devastador, uma vez que não somente conseguiram recuperar os territórios em Bureba, la Rioja, Vizcaya e Alava, como também ameaçaram a própria integridade do reino navarro. Por esta razão, Sancho VI recorreu à arbitragem de Henrique II da Inglaterra, sogro de Alfonso VIII (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 150). Porém, em 1177, a sentença deste não satisfazia nenhuma das partes. Assim, a decisão não foi respeitada por nenhum dos reis. Contudo, as negociações começadas resultaram na trégua, em 1179 (RUCQUOI, 1995, p. 113).

Após ter assinado com Sancho VI o acordo de trégua (“el compromiso arbitral”), Alfonso VIII se preparou para enfrentar novamente os almôadas. Como o califa Abu Yakub ibn Abd al-Mumin estava certo da trégua que havia assinado com o monarca castelhano tinha embarcado para Marrocos, em 1176. Com os muçulmanos despreparados, Alfonso VIII “emprende tranquilo el sitio de Cuenca” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 123). Conforme a *Primera Crónica General*:

Agora torna ell arçobispo en la estoria a razonarsse con Cuenca, et llamala et diz assi: <<Cuenca, miembrate de los días del tu prinçep, en la remembrança del

⁷ Muhammad ibn Mardani's, monarca muçulmano aliado aos cristãos no Levante, “a quem os cronistas chamam el rey Lobo” (RUCQUOI, 1995, p. 169).

esclaresçe tu toda et alumbra la tu faç; el nombre dell en las tus alabanças, la gloria del sea la tu rememrança; ell ennadio deffendimiento a los tus terminos, et enssancho el derecho de la tu cathedra, esto es la tu eglesia catedral>>. Aun ua la estoria contando en los fechos deste muy noble don Alffonssso, rey de Castiella, et dize (MENÉNDEZ PIDAL, 1955, p. 679).

Assim, com vinte e dois anos o monarca castelhano garantiu, com esta conquista, o flanco oriental do reino de Toledo. Um fato importante da investida a Cuenca foi que o rei Alfonso II de Aragão, ajudou o monarca de Castela. Isso fez com que a aliança dos dois reinos fosse estreitada e algumas diferenças resolvidas⁸. Posteriormente, foi assinado um tratado entre Aragão e Castela, no qual Alfonso VIII anulava a vassalagem que, em teoria, Alfonso II lhe devia, fato que incomodava bastante os aragoneses. Em contrapartida, as investidas contra o reino de Navarra prosseguiram e terminaram em conquistas territoriais (RUCQUOI, 1995, p. 76). Por isso, além deste, outro Tratado foi assinado pelos monarcas, em 1179. Nele, se fazia uma divisão planejada do reino de Navarra, pois “se planeaba conquistar en campañas futuras” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995 p. 229).

Quando não precisava mais se preocupar com a ameaça Almôada, Alfonso VIII, pelo menos nesse período, decidiu se vingar dos leoneses que tanto interferiram em seu território na época da sua minoridade. Inclusive, se aliaram por várias vezes aos inimigos muçulmanos. Por isso, o monarca organizou uma campanha para recuperar as posses que Castela havia perdido. O monarca castelhano conseguiu mais do que alcançar seus objetivos depois de derrotar Fernando II em Castrodeza, no ano de 1178. Segundo Jiménez de Rada (1989, p. 288), Alfonso VIII conseguiu reconquistar todo território que havia perdido, inclusive “el Infantado”, que não se sabia bem a quem realmente pertencia.

Dessa forma, a campanha contra Leão durou de 1178⁹ a 1181, quando a paz foi finalmente assinada. Com isso, se devolvia aos leoneses a situação fronteiriça que Alfonso VIII havia determinado ao dividir os reinos de Castela e Leão. Contudo, as hostilidades recomeçaram no ano seguinte, o que resultou na assinatura de um novo Tratado (GONZÁLEZ, 1960, p. 360). Pacificada a fronteira leonesa, Alfonso VIII se colocou, em 1182, frente a seu exército e dirigiu uma expedição de punição contra os Almôadas. Durante esta campanha, o monarca de Castela conquistou alguns territórios dos inimigos, inclusive, acampou na fronteira com Córdoba.

No natal de 1182, Alfonso VIII celebrou sua terceira corte¹⁰ plena em Medina de Rioseco (MARTÍNEZ DÍEZ, 1988, p. 145). Sem descanso, “las algaras dirigidas contra Al-Andaluz continuaban

⁸ O apoio oferecido ao rei de Castela pelo rei de Aragão não era o apoio de um vassalo ao seu imperador, mas o de um rei a outro. Isso demonstrou que “os príncipes ibéricos eram ainda capazes de se aliar para levarem a bom termo uma operação de Reconquista” (RUCQUOI, 1995. p. 174).

⁹ Antes de sua Campanha, Alfonso VIII havia convocado sua segunda “cúria plena” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995. p. 137).

¹⁰ Espaços de negociação, no qual monarquia e aristocracia lidavam com suas questões políticas.

durante los veranos, hasta 1189. Sin embargo, sólo en 1186 se ocupó Alfonso VIII de la dirección personal de la expedición” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 132). Essas expedições resultaram em enormes riquezas para os castelhanos, durante os vários anos de lutas no território “andaluces”.

Nesses anos de prosperidade, o monarca castelhano convocou mais duas cortes. A de número quatro se reuniu em Nájera e a quinta foi em San Esteban de Gormaz, em 1187. Esta última deve ter sido uma das celebrações mais luxuosas do reinado de Alfonso VIII. Nessa ocasião foi discutido o possível matrimônio entre Conrado, filho do imperador alemão Federico I, e dona Berenguela, a primogênita do rei de Castela.

Em 1188, com a morte de Fernando II de Leão, seu filho, Alfonso IX, o sucede. No entanto, o novo rei teve sérios problemas com alguns membros de sua família. Por isso, o monarca leonês recorreu ao apoio do poderoso Alfonso VIII. E marcou um encontro que ocorreu na região da Extremadura da Abadia, ao norte de Plasencia (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 70). Nele foi acordado a realização de outra reunião formal, que ocorreu no final daquele mesmo ano em “Carrión de los Condes”. Então, Alfonso VIII convocou uma sexta cúria, na igreja de Sen Zoilo. Lá o monarca castelhano “armó caballero al leonês, y éste besó su mano em vassallaje” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 71).

Com esta submissão, Alfonso IX tinha por interesse ser nomeado herdeiro de Castela, caso houvesse morte do rei castelhano sem deixar filhos varões. Todavia, é necessário lembrar que Alfonso VIII já havia prometido sua filha ao príncipe alemão. Com isso, Berenguela e Conrado haviam sido nomeados herdeiros do reino de Castela, na ausência de filhos varões. Assim, Alfonso IX se declarou vassalo castelhano sem ter conseguido nenhuma vantagem, fato que causou enorme mal-estar ao monarca leonês (GONZÁLEZ, 1960, p. 238).

Consequentemente, o monarca leonês marchou de volta para seu reino indignado e procurou fazer alianças contra Castela. Nesse sentido, se aliou a Portugal, em 1190, e com Aragão¹¹ no ano seguinte. Com isso, Castela se encontrava isolada dos seus vizinhos, sobretudo devido a um pacto que havia firmado contra Leão, Navarra e Aragão (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 231). Respondendo a este pacto, os exércitos de Aragão e Navarra invadiram as terras da Soria, em 1191. Como represália, as tropas castelhanas atacaram Teruel, no reino de Aragão.

Diante deste cenário bastante perigoso para Castela, Alfonso VIII recorreu a via diplomática. Este monarca apresentou seus problemas ao papa Celestino III, descrevendo o estado da situação como perigoso ante a ameaça muçulmana. Então, em 1192, o Papa enviou à Península seu sobrinho,

¹¹ Devido a esta união com Leão, Aragão acaba rompendo seu tratado com Castela. O que nos faz perceber a superficialidade dessas relações, por isso enfatizamos a necessidade de Alfonso VIII em manter os espaços para a negociação.

o cardeal Gregório. Seu representante conseguiu evitar que a guerra se instaurasse entre os reinos peninsulares, fazendo ainda com que os leoneses e castelhanos se reunissem para tentar resolver suas diferenças. Esses concordaram em assinar um tratado contra os muçulmanos, em 1194 (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 71-73). Dessa forma, Navarra, Aragão e Castela assinaram outra trégua que pôs fim às hostilidades entre eles.

Dessa forma, defendemos que a teoria política de Alfonso VIII apontava para a mesma direção que a de seu avô, Alfonso VII: obter uma unificação sobre seu reino, na tentativa de constituir um *imperium*. Contudo, esta imagem de uma monarquia cujos poderes pareciam apontar no sentido de uma centralização esbarrou na própria realidade que configurava a sociedade castelhana daquele período.

O PENSAMENTO POLÍTICO NO MEDIEVO

Walter Ullmann (1999) abordou em seus estudos um âmbito mais geral dos principais elementos discursivos que, na Idade Média, projetavam-se no poder monárquico. Em sua obra *Historia del pensamiento político en la Edad Media*, ele analisou o pensamento político no medievo, identificando suas principais ideias e influências, abarcando desde as heranças gregas e romanas até chegar às raízes das teorias do absolutismo europeu.

Uma das principais teses deste autor é a de que a política medieval oscilou entre duas principais concepções acerca da origem do poder. A primeira, seria a noção de um “poder descendente”, que procedia diretamente das forças sobrenaturais, estas que poderiam ser derivadas do Deus cristão, ou de divindades pagãs. O indivíduo que governasse em nome da divindade não poderia ter seu poder contestado pelos súditos. A segunda concepção seria a noção de um “poder ascendente”, que emanaria diretamente da população, a qual escolheria seu próprio governante. Este receberia, por sua vez, sua autoridade legitimada pela população para garantir o bom funcionamento da sociedade, estando constantemente limitado ao pacto firmado entre eles e os demais membros da sociedade.

O *corpus* documental abordado por este autor variava entre a articulação de documentos oriundos do campo do direito e obras de famosos tratadistas políticos da Idade Média como, por exemplo, Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Contudo, sua preferência era pelos documentos ligados à Lei e ao Direito.

Apesar das grandes contribuições trazidas pelos estudos de Ullmann, principalmente no que diz respeito às origens do poder régio, bem como a forma como se concebiam as relações entre o representante do poder monárquico e os demais membros da sociedade, não podemos deixar de

criticar a análise do autor para com a jurisprudência exercida pelos monarcas. Para ele, esta seria a forma mais fidedigna da demonstração do pensamento político de um determinado grupo social.

Conforme Ullmann (1999, p. 25-26), o pensamento político da Baixa Idade Média pode ser extraído das fontes oficiais dos governantes do mesmo processo histórico. Nós concordamos com esta afirmação e a completamos no sentido de que seria uma postura reducionista assumirmos que apenas os códigos legislativos podem nos dar pistas sobre as características da política daquela sociedade.

Acreditamos que, ao defender tal ideia, Ullmann (1999, p. 32) pareceu ignorar a questão da própria aplicabilidade destes conjuntos normativos, como se a simples elaboração de regras para o convívio na sociedade significasse a sua imediata adesão por parte de todo corpo social. Com tal postura, se levava em consideração o fato de que o poder monárquico era centralizado. As crenças e as representações políticas de todo o tecido social não podem ser sintetizadas apenas sobre as expectativas e os desígnios de um grupo dirigente.

Para Marcelo Cândido da Silva (2013, p. 92-102) as mudanças sobre as perspectivas dos estudos acerca das sociedades medievais foram construídas a partir de um novo volume de fontes que permaneceu praticamente o mesmo desde o final do século XIX. Contudo, isso não significou a estagnação da História Política, visto que o cenário da emergência de novos estudos sobre o poder, o parentesco, as relações com os bens, as articulações entre o simbólico e as práticas sociais etc. contribuíram para uma paisagem em mutação. Assim, reforçaram a crença de que o Poder é um fenômeno privilegiado para a compreensão da dinâmica social.

Ainda segundo o autor citado acima, o novo cenário de pesquisas se tornou possível graças “à crise da História, dos paradigmas e dos objetos de estudo tradicionais do historiador” (SILVA, 2013, p. 97). Aliás, seria mais apropriado falarmos em uma crise da ‘História Científica’ e de seus instrumentos teóricos e metodológicos” (SILVA, 2013, p. 99). Esta crise proporcionou a abrangência do conceito de Poder e ampliou o leque das fontes históricas. Nesse sentido, os historiadores do medievo ficaram mais atentos aos critérios de escolha de suas fontes e nas releituras das grandes edições de documentos medievais.¹² Pois, optaram por retornar aos textos narrativos e normativos escritos antes da criação dos tribunais da Inquisição.

Dessa maneira, os binômios sobre os quais se fundavam as abordagens sobre o medievo (público/privado, racional/irracional, clérigo/laico, sagrado/profano, Estado/Igreja), se tornaram incapazes de atribuir significações à complexidade de um período que não era mais possível resumir através da fórmula “sociedade tradicional” (SILVA, 2013, p. 99).

¹² Podemos citar como exemplo a “*Patrologia Latina*, o *Corpus Christianorum* e, sobretudo, os *Monumenta Germaniae Historica*” (SILVA, 2013, p. 97).

Além disso, o autor proporciona o debate de como, na Alta Idade Média, o estudo do consenso e dos conflitos demonstrou que o fenômeno da dominação nessas sociedades iria além do uso de força física ou da ameaça de destruição e aniquilamento (SILVA, 2013). Visto que o emprego calculado da força, como também as estratégias de negociação e pacificação, estariam em evidência, a partir dos novos estudos acerca do pensamento político no medievo.

Nesse contexto, os historiadores se tornaram mais suscetíveis à possibilidade da utilização dos textos literários e dos mecanismos retóricos para o estudo do Poder e da sociedade medieval, sendo que, estariam mais atentos à dimensão literária das leis, das crônicas, dos poemas etc. No sentido de que as narrativas históricas ou as leis não seriam mais consideradas como reflexos da realidade social, “ainda que essa realidade seja uma das referências na elaboração desses textos” (SILVA, 2013, p. 100). Demonstrando, contudo, “uma das referências, ao lado das idealizações políticas, da construção da memória e das identidades, dos imperativos ideológicos ou dos imperativos de transformação social” (SILVA, 2013, p. 101-102).

Todavia, percebemos que o campo de estudo do poder no medievo foi ampliado para além dos domínios esperados, isto é, nada familiares à História Política. Sendo importante ressaltar, que a Nova História Política não enxergava o Poder no medievo somente como uma forma de controle sobre homens ou sobre estruturas. A compreensão do funcionamento do Poder se tornou estudo paralelo ao da administração e da distribuição de bens, materiais ou não. Silva afirma que os trabalhos sobre as transferências patrimoniais no medievo, demonstram isso.

Por fim, essas pesquisas enfatizam que os sujeitos não são os únicos produtores do simbólico, isto é, os historiadores do medievo passam “a considerar que as relações entre os sujeitos não são os únicos meios dos quais são produzidos os símbolos que compõem o edifício social” (SILVA, 2013, p. 101). Dessa forma, acreditamos que a Nova História Política procurou explorar na Teoria Política do medievo como as relações entre os homens e as coisas, ou melhor, entre os sujeitos e os bens, são também produtoras de símbolos e de sentidos que interferiam naquela sociedade.

O PAPEL DO SABER NO REINADO DE ALFONSO VIII: ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO E DO PODER

Com o projeto político de expansão territorial e com a assimilação de novas terras, Alfonso VIII precisaria que a aristocracia o ajudasse a controlar e manter os territórios assimilados, pois o “perigo almôada” era real nas fronteiras. Por isso, necessitava negociar com eles, já que se instaurava no seu reino um ambiente de disputas e intrigas, que poderia enfraquecer a manutenção de seu poder, caso não fosse resolvido. Dessa forma, argumentamos que uma tática utilizada por este monarca castelhano foi investir em obras com discurso didático, cuja finalidade era política.

Segundo Arizaleta e Jean-Marie (2006, p. 15), a *Chronicon Mundi*, a *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, a *Chronica latina regum Castellae* são obras a respeito de Alfonso VIII de cunho didático e enumeram suas virtudes, mas, apesar do discurso clerical em torno do monarca, elas afirmam que o objetivo não era construir um modelo hagiográfico, mas sim um retrato moral com finalidades políticas. Por isso, os escritos não propuseram somente um modelo exemplar em torno de Alfonso VIII, mas também atribuíram a capacidade de reunir a cristandade e o consideraram como “encabeza del reino”, como o mais poderoso dos soberanos peninsulares. Assim, demonstravam tanto o rei perfeito, quanto a “realeza idealizada”.

A partir dessas obras escritas na primeira metade do século XIII, percebemos o intuito de construir uma figura cristã e guerreira com finalidades políticas. Nesse sentido, entendemos que o *Poema de Mio Cid*, também teve sua contribuição para tal edificação moral do monarca. Podemos enumerar dois fatores que corroboram com nossa opinião: 1º- o fato de um clérigo ter escrito o documento; 2º- o *Poema* ter sido divulgado num contexto conturbado do reinado de Alfonso VIII e entre as duas principais batalhas de seu reino (Alarcos e Las Navas de Tolosa).

Segundo Carlos Alvar (2019, p. 52-53), quando se fala de “poesia cortês” no reino de Castela, se pensa imediatamente em Alfonso X. É indubitável que na corte deste monarca o uso das letras e das ciências se intensificaram. Contudo, Alfonso X foi herdeiro de uma tradição estabelecida por seu avô, Alfonso VIII. O rei sábio ficou conhecido fora da Península por suas aspirações à coroa do Sacro Império, fato que o fez ser criticado por vários trovadores, visto que seu reino era visitado por vários poetas, principalmente vindos do sul da *Francia*.

Apesar disso, Alfonso VIII não era tão conhecido fora de Castela, mas, sem dúvida, há dados de que pelo menos oito trovadores “provenzales” estiveram em seu reino. Nesse sentido, a aristocracia disputava com o monarca a generosidade para com os trovadores, com o intuito de terem seus nomes lembrados no reino. Ainda segundo Carlos Alvar (2019, p. 53):

los datos son especialmente importantes por lo que nos revelan en un momento en que todavía no existe la literatura escrita en castellano: el interés de algunos nobles por los modelos poéticos llegados de fuera, la existencia de cortes en las que los trovadores eran bien recibidos, la posibilidad de que hubiera un nivel de conocimientos suficientes para disfrutar con los modelos poéticos; y todo ello antes de que Per Abbat escribiera o copiara el Poema del Cid.

Assim, além de ter sido conhecido por sua participação na *Reconquista*, Alfonso VIII também o foi por apreciar e incentivar a poesia em seu reino. Para esse autor, havia um provérbio antigo que exemplificava a situação “lee el rey, todos leemos” (ALVAR, 2019, p. 54). E este autor explica os dois principais motivos que impulsionaram os trovadores para a corte deste monarca. Primeiro, os notáveis avanços na Reconquista, o que supunha possibilidades de riquezas; segundo, a difícil

situação do sul da Francia durante o século XII, devido às lutas religiosas e, principalmente, à Cruzada contra os albigenses.

Em Castela, os trovadores passam a se preocupar com a atividade política do rei, a quem recomendam a união militar com os outros monarcas peninsulares para acabar com a invasão árabe. Fato que acaba refletindo a preocupação da aristocracia. Logo, percebemos o uso dessa escrita trovadoresca como veículo para transmitir determinadas ideias, assim, se difundem nessas poesias intenções políticas.

A desunião dos reinos era evidente e os conflitos contínuos entre Aragão, Navarra e Castela ocasionavam no atraso na guerra de *Reconquista*. Além disso, havia a constante intimidação por parte dos Almôadas, que haviam tomado Sevilha em 1171, ameaçando conquistar Toledo, símbolo importante do poder cristão, e que acabaram conseguindo uma vitória importante, com a batalha de Alarcos (1195).

Com base em tudo que foi dito, argumentamos a necessidade do monarca castelhano em fortalecer o seu poder, pois, era ameaçado constantemente, sendo seu poder questionado frente esta conturbada situação. Por isso, ao financiar as obras de cunho político-didático, e ao disseminar características propagandistas e discursos de negociação, as tensões, pelo menos, em sua corte, poderia diminuir. E ao despertar os sentimentos de lealdade e de força guerreira, poderia empreender luta contra os almôadas, que constituía seu principal objetivo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentamos as principais funções que a teoria política associava aos monarcas e a relação que existia entre este tipo de discurso e a conturbada conjuntura política de Castela. Sendo assim, nosso objetivo foi explicar a noção de poder monárquico e a teoria política empreendida por Alfonso VIII para tratar da Castela Senhorial, entre meados do século XII e princípio do XIII.

Além disso, discutir acerca das tensões territoriais entre Castela, Aragão, Leão, Navarra, ou seja, conflitos internos e os Almôadas, conflitos externos, apresentando as tensões que Alfonso VIII teve que lidar, principalmente, durante os primeiros anos de seu reinado. Contudo, podemos adiantar que a resolução destas tensões não se deu nem pela vitória do poder local sobre a autoridade da Monarquia, e nem do oposto. O desenvolvimento das relações políticas na Castela medieval nos mostra que estas duas forças legítimas que se consolidaram em íntima articulação neste período desenvolveram mecanismos de coexistência entre elas. Ao invés de se consolidarem como instâncias concorrentes, monarquia e aristocracia estabeleceram uma parceria em que o poder público funcionava com o auxílio destas instâncias locais de poder. Sendo que as Curias foram criadas pelo monarca como espaços legítimos de discussão e negociação.

Todavía, mesmo trabalhando em conjunto, não significava que a relação existente fosse pautada pela estabilidade. Por isso, defendemos que o monarca financiou a produção de obras (crônicas e poemas), em consonância com a Igreja Medieval, como uma espécie de instrumento político que auxiliasse no fortalecimento do poder monárquico de Alfonso VIII, e facilitasse a negociação entre monarquia e aristocracia.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

ALFONSO VIII EN CASTILLA, ALFONSO IX EN LEÓN. In: Crónica de Castilla: Édition et présentation [en ligne]. Paris: e-Spania Books, 2010. Disponível em: <<http://books.openedition.org/esb/187>>. Acessado em: 26/04/2023.

ANÔNIMO. Poema de Mio Cid. Edición de Colin Smith. 22 ed. Madrid: Catedra, 2008.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los Hechos de España*. Madrid: Alianza Universidad, 1989.

BREA, Luis Charlo, Crónica latina de los reyes de Castilla (ed.), Madrid:, Akal, 1999, Disponível em: <https://www.oocities.org/iblbbo/archivo/cronicastilla/menu.htm>. Acessado: 26/04/2023.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica, en Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis, ed. J. Fernández Valverde; trad. castellana del mismo autor, 1987.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primera Crónica General de España que mandó componer Alonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. Tomo I. Disponível para consulta em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=16550>. Último Acesso: 22/02/2019.

BIBLIOGRAFIA

ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York: Sage. 1989.

ALVAR, Carlos. Política y poesía: la corte de Alfonso VIII. Espanha: Universitat de Girona, *Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO)*, nº 1, vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Msr/article/view/254663>. Último Acesso em: 24/04/2019. p. 52-53.

ÁLVAREZ BORGE, Ignacio Borge. *Cambios y alianzas: la politica regia en la frontera del Ebro en el reinado de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214)*. Madrid, Consejo superior de Investigaciones Científicas, Biblioteca de Historia, nº 66, 2008.

- ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em História Comparada, 2008, 174 f.
- ALVARO, Bruno Gonçalves. *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ/IH/ Programa de Pós Graduação em História Comparada, 2013, 280 f.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ARIZALETA, Amaia; JEAN-MARIE, Stéphanie. *En el umbral de santidade: Alfonso VIII de Castilla*. Université de Toulouse – Le Mirail, 2006.
- BARUQUE, Julio Valdeón. *El Feudalismo*. España: Alba Libros S. L., 2005.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.
- CAHEN, Claude. *El Islam. I: Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano*. Madrid: Siglo XXI, 1992.
- COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: ALMEIDA, Neri de Barros; NEMI, Ana Lúcia Lana; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. (Orgs). *A construção da narrativa histórica: Séculos XIX e XX*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp/Fap-Unifesp, 2014.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FERNANDES, Fátima Regina. Teorias Políticas Medievais e a construção do conceito de unidade. *Revista História*, São Paulo, 28(2): 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político (Portugal, séc. XVII)*. Coimbra: Almedina, 1994.
- KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 552 p.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, Rey de Castilla y Toledo*. Burgos: La Olmeda, 1995.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Curia y cortes en el reino de Castilla*. In. *Las cortes de Castilla y León en la Edad Media*. Actas de la Primera Etapa del Congreso Científico sobre la Historia de las Cortes de Castilla y León. Vol 1. Valladolid: Cortes de Castilla y León, 1988.

MENÉNDEZ PIDAL. *La España del Cid*. 4 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1947.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editoria Presença: 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, 2002.

SILVA, Marcelo Cândido da. A Idade Média e a Nova História Política. *Revista Signum*, vol. 14, n. 1, 2013.

TODOROV, T. *Teorias do Símbolo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Madrid: Ariel, 1999.